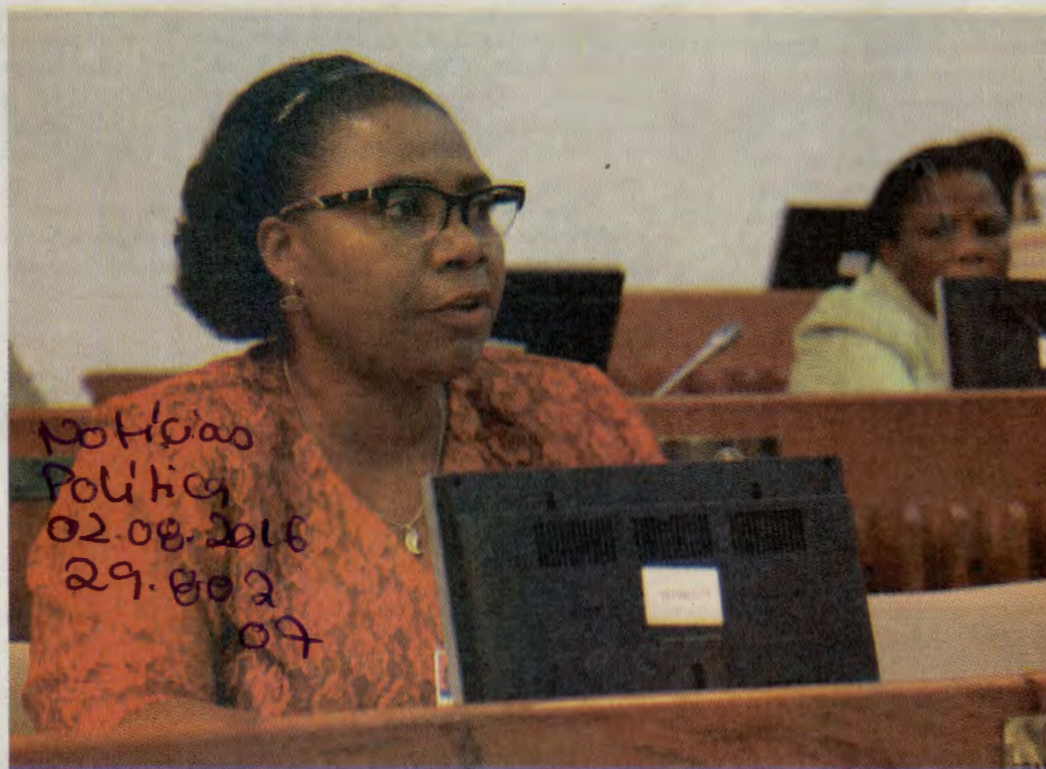


# PROTECÇÃO DA MULHER E CRIANÇA

## Parlamento avalia acção governativa

**O GABINETE da Mulher Parlamentar val, a partir deste mês, realizar jornadas de fiscalização e monitoria das actividades do Governo e das organizações femininas que trabalham em prol da defesa e protecção da mulher, criança e a pessoa da terceira idade, no âmbito das relações domésticas e familiares.**



Francisca Domingos, presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar

As jornadas parlamentares propõem-se, especificamente, a avaliar o impacto das leis sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher; da Família; e a que Interdita o Acesso de Menores aos Locais de Diversão Nocturna e/ou Lugares Similares, bem como a colecta de sensibilidades sobre eficácia desta legislação no seio da sociedade moçambicana.

Estas jornadas vão ter lugar

em vários pontos do país e, para tal, membros deste gabinete da Assembleia da República vão levar a cabo um périplo pelas províncias do Niassa, Tete e Gaza. Esta deslocação tem ainda em vista o aprofundamento do conhecimento sobre as causas dos casamentos prematuros e forçados, muitas vezes com homens mais velhos, na sua maioria incentivados pelos pais e/ou familiares, bem como das gravidezes precoces, interagindo

com a sociedade civil sobre estas e outras matérias.

Estas jornadas parlamentares se fundamentam no facto de Moçambique ser um dos países com a maior taxa de casamentos prematuros e de gravidezes precoces ao nível da região austral de África, aspeto que, segundo a presidente deste gabinete, Francisca Tomás, "aumenta a nossa responsabilidade enquanto parlamentares na formulação e adopção da legislação adicional

em torno desta matéria".

Por outro lado, a presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar defende a contínua consciencialização da sociedade moçambicana para assumir que "educar uma mulher é educar uma sociedade" para se reduzir os casos de violência doméstica contra a mulher, criança e a pessoa idosa.

Neste contexto, Francisca Domingos defendeu a realização de um trabalho profundo com vista à redução desses casos que, se-

gundo disse, resultam de crenças históricas e tradicionais, muitas vezes sustentadas por valores negativos que proliferam no mosaico sociocultural moçambicano.

De acordo com a nossa fonte, é urgente a revisão da Lei das Sucessões (Livro V do Código Civil), a par da permanente divulgação de outra legislação aprovada pelo Parlamento moçambicano que protege a mulher, a criança e a pessoa da terceira idade, no âmbito das relações domésticas e familiares.

A presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar defende, igualmente, a necessidade do órgão que dirige trabalhar, de forma coordenada, com as agremiações sociais, designadamente a Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO), madrinhas dos ritos de iniciação, matronas, líderes comunitários e outras figuras influentes para a mudança de atitudes, tendo em vista à eliminação das práticas socioculturais nocivas que desviam o rumo do desenvolvimento da mulher, em geral e das raparigas, em particular.

Continuar a divulgar a legislação que protege a mulher, a criança e a pessoa idosa no âmbito das relações domésticas e familiares, bem como prosseguir com a consciencialização da sociedade moçambicana para assumir que "educar uma mulher é educar uma sociedade" são os principais desafios do Gabinete da Mulher Parlamentar neste quinquénio.